



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

CURSO

Gestão de Empresas – Ramo de Organização e
Gestão de Empresas

ANO LECTIVO

2009/2010

FICHA DA UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular	Introdução ao Estudo do Direito		
Área Científica	Direito		
Classificação curricular	OBRIGATÓRIA	Ano / Semestre	1º Ano/2º semestre

Créditos ECTS	Horas de trabalho do aluno	Carga horária das sessões de ensino	
		Natureza Colectiva (NC)	Orientação Tutorial (OT)
4	108	T: 30; PL: 45	

DOCENTES		CATEGORIA
Responsável	Horácio Lopes	Equipº. a Prof. Coordenador
Teóricas	Horácio Lopes	Equipº a Prof. Coordenador
Teórico-Práticas		
Práticas		
Prático-Laboratorial	Horácio Lopes	Equipº a Prof. Coordenador

OBJECTIVOS

Proporcionar a aquisição de conhecimentos básicos de natureza transversal aos diversos ramos do Direito, ainda que com maior enfoque no direito civil, no que respeita a matérias da respectiva teoria geral e do direito das obrigações.

PROGRAMA PREVISTO

PARTE I – NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. PRIMEIRA IDEIA DE DIREITO
2. LEIS NORMATIVAS E LEIS FÍSICAS
3. ESTRUTURAS DA NORMA JURÍDICA
4. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO
5. DIREITO OBJECTIVO E DIREITO SUBJECTIVO
6. DIREITO E ESTADO

CAPÍTULO II – FONTES DE DIREITO

Amj

7. O PROBLEMA DAS FONTES DE DIREITO
8. AS DIFERENTES ACEPTÕES DE “LEI”
9. A LEI COMO UMA DAS FONTES DO DIREITO POSITIVO
10. LEI MATERIAL E LEI FORMAL
11. LEI CONSTITUCIONAL E LEI ORDINÁRIA
12. ELABORAÇÃO DA LEI
13. REGULAMENTOS
14. ASSENTOS
15. INEXISTÊNCIA JURÍDICA, INVALIDADE E INEFICÁCIA DA LEI
16. CESSAÇÃO DA VIGÊNCIA DA LEI
17. COSTUME: NOÇÃO, REQUISITOS, ESPÉCIES E SUA ADMISSIBILIDADE COMO FONTE DO ACTUAL DIREITO PORTUGUÊS
18. USOS INTERPRETATIVOS E USOS SUPLETIVOS
19. PROVA DOS USOS E COSTUMES
20. DOUTRINA
21. JURISPRUDÊNCIA
22. OBRIGATORIEDADE DA NORMA JURÍDICA
23. EQUIDADE

CAPÍTULO III – RAMOS DO DIREITO

24. NECESSIDADE DA DIVISÃO DO DIREITO EM RAMOS
25. DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO INTERNO
26. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
27. DIREITO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL
28. DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO
29. RAMOS DO DIREITO PÚBLICO
30. RAMOS DO DIREITO PRIVADO
31. RAMOS MISTOS DO DIREITO PÚBLICO E DO DIREITO PRIVADO
32. CIÊNCIAS AUXILIARES DO DIREITO
33. DIREITO COMUNITÁRIO

CAPÍTULO IV – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI

34. O PROBLEMA DA INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI
35. CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO DA LEI
36. NECESSIDADE DA INTERPRETAÇÃO
37. INTERPRETAÇÃO LEGISLATIVA E INTERPRETAÇÃO LINGÜÍSTICO-FILOLÓGICA
38. A INTERPRETAÇÃO COMO TÉCNICA E COMO ARTE
39. INTERPRETAÇÃO DOUTRINAL E INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA
40. ESPECIALIDADES DA INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA
41. ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO
42. ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO QUANTO AO RESULTADO
43. INTEGRAÇÃO DAS LACUNAS DA LEI
44. SUBJECTIVISMO E OBJECTIVISMO NA INTERPRETAÇÃO DA LEI
45. APLICAÇÃO ACTUALISTA DA LEI
46. A ESCOLA DO DIREITO LIVRE

Handwritten signature or initials in blue ink.

CAPÍTULO V – APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO

- 47. O princípio da irretroactividade da lei
- 48. Teoria dos direitos adquiridos
- 49. Teoria das situações jurídicas subjectivas e das situações jurídicas objectivas
- 50. Teoria do facto passado
- 51. Teoria das situações jurídicas de execução instantânea e das situações jurídicas de execução duradoura
- 52. O artigo 12º do Código Civil
- 53. O artigo 13º do Código Civil
- 54. Inconstitucionalidade de certas leis retroactivas

CAPÍTULO VI – APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO

- 55. O problema da aplicação da lei no espaço
- 56. Estrutura e funcionamento das normas de direito internacional privado
- 57. Relações entre o direito internacional público e o direito internacional privado
- 58. Principais regras do direito internacional privado português

CAPÍTULO VII – ACTUAÇÃO EM COLABORAÇÃO COM A LEI

- 59. O interesse como base do direito
- 60. Solidariedade e conflitos de interesses
- 61. Resolução dos conflitos de interesses pelo Estado: heteronomia
- 62. Resolução dos conflitos de interesses pelos próprios interessados: autonomia

CAPÍTULO VIII – ACTUAÇÃO EM REBELIÃO COM A LEI

- 63. Acto ilícito – ilícito civil, penal e disciplinar
- 64. Violação da norma jurídica: meios preventivos e meios repressivos; os meios compulsórios

CAPÍTULO IX – REALIZAÇÃO COACTIVA DO DIREITO

- 65. A força ao serviço do direito
- 66. Função da Administração Pública na realização do direito; noção e espécies de polícia
- 67. Formas de justiça: pública, privada e arbitral
- 68. Organização dos tribunais
- 69. Divisão judicial
- 70. Competência dos tribunais judiciais
- 71. Hierarquia judiciária
- 72. Modalidades de processo civil
- 73. Modalidades de processo civil quanto ao fim
- 74. Modalidades de processo civil quanto à forma
- 75. Procedimentos cautelares
- 76. Tramitação geral do processo declarativo ordinário: fases dos articulados, do despacho saneador, da instrução, da discussão e julgamento e dos recursos
- 77. Processos de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária

CAPÍTULO X – RELAÇÃO JURÍDICA

Amg

SECÇÃO I – GENERALIDADES

- 78. Conceito de relação jurídica
- 79. Elementos da relação jurídica
- 80. Estrutura interna e externa da relação jurídica
- 81. Localização das relações jurídicas no Código Civil

SECÇÃO II – SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

SUBSECÇÃO I – PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICA

- 82. Sujeito de direito; personalidade jurídica
- 83. Capacidade de gozo de direitos
- 84. Capacidade de exercício de direitos
- 85. Incapacidades de exercício
- 86. Pessoas singulares e pessoas colectivas

SUBSECÇÃO II – PESSOAS SINGULARES

- 87. Começo da personalidade
- 88. Condição jurídica do nascituro
- 89. Extinção da personalidade
- 90. Comoriência
- 91. Morte presumida

SUBSECÇÃO III – PESSOAS COLECTIVAS

- 92. Noção de pessoa colectiva
- 93. Pessoas colectivas públicas e pessoas colectivas privadas
- 94. Pessoas colectivas públicas
- 95. Pessoas colectivas públicas territoriais
- 96. Pessoas colectivas públicas não territoriais
- 97. Pessoas colectivas privadas: associações, sociedades e fundações

SECÇÃO III – OBJECTO DA RELAÇÃO JURÍDICA

- 98. Objecto imediato da relação jurídica
- 99. Objecto mediato da relação jurídica
- 100. Direitos sobre outras pessoas
- 101. Direitos sobre a própria pessoa
- 102. Direitos a um facto
- 103. Direitos sobre coisas
- 104. Coisa corpórea
- 105. Objectos materiais insusceptíveis de apropriação individual
- 106. Coisas incorpóreas
- 107. Direitos sobre direitos
- 108. Património
- 109. Patrimónios autónomos
- 110. Patrimónios colectivos
- 111. Universalidades

SECÇÃO IV – FACTO JURÍDICO

Handwritten signature or initials in blue ink.

- 112. Função do facto jurídico
- 113. Factos jurídicos e actos jurídicos
- 114. Actos lícitos e actos ilícitos
- 115. Negócio jurídico
- 116. Actos jurídicos não negociais
- 117. Negócios unilaterais e negócios plurilaterais (contratos)
- 118. Declarações negociais receptícias e não receptícias
- 119. Contratos reais quanto à forma e quanto ao efeito
- 120. Elementos essenciais do contrato
- 121. Cláusulas acessórias dos contratos
- 122. Contratos sinalagmáticos e não sinalagmáticos

SECÇÃO V – GARANTIA

- 123. Remissão

PARTE II – DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I – PRELIMINARES

- 124. Obrigação: em sentido amplo, em sentido restrito e em sentido próprio; terminologia
- 125. Os problemas da patrimonialidade da obrigação e da autonomia da obrigação
- 126. O interesse do credor como fim da obrigação
- 127. O princípio da boa fé
- 128. Distinção entre direitos de crédito e direitos reais
- 129. Importância do direito das obrigações e sua localização no Código Civil

CAPÍTULO II – ELEMENTOS DAS OBRIGAÇÕES

- 130. Sujeitos
- 131. Objecto, modalidades e requisitos
- 132. Facto jurídico
- 133. Garantia
- 134. Obrigações naturais

CAPÍTULO III – FONTES DAS OBRIGAÇÕES

- 135. Conceito e espécies de fontes das obrigações
- 136. Contratos: conceito; regulamentação legal; liberdade contratual; formação
 - a) Contrato-promessa
 - b) Pacto de preferência
 - c) Contrato a favor de terceiro
 - d) Contrato para pessoa a nomear
- 137. Negócios unilaterais
 - a) Carácter excepcional da admissibilidade dos negócios jurídicos como fontes de obrigações
 - b) Promessa pública e concursos públicos
- 138. Gestão de negócios
 - a) Conceito, justificação e requisitos

- fluy*
- b) Relações a que dá origem
 - 139. Enriquecimento sem causa
 - 140. Factos geradores de responsabilidade extraobrigacional
 - a) Noção de responsabilidade civil
 - b) Responsabilidade civil, responsabilidade criminal e responsabilidade disciplinar
 - c) Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa
 - d) Responsabilidade obrigacional e extraobrigacional
 - e) Localização da responsabilidade civil no Código Civil

CAPÍTULO IV – MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

- 141. Obrigações solidárias (disposições gerais; solidariedade entre devedores e entre credores)
- 142. Obrigações divisíveis e indivisíveis
- 143. Obrigações genéricas
- 144. Obrigações alternativas
- 145. Obrigações pecuniárias
 - a) De quantidade
 - b) De moeda específica
 - c) Em moeda com curso legal apenas no estrangeiro
- 146. Obrigações de juros
- 147. Obrigação de indemnização
- 148. Obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos

CAPÍTULO V – TRANSMISSÃO DE CRÉDITOS E DE DÍVIDAS

- 149. Noção
- 150. Modalidades
 - a) Cessão de créditos
 - b) Sub-rogação
 - c) Transmissão singular de dívidas (assunção de dívida)

CAPÍTULO VI – GARANTIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

- 151. Noção
- 152. Meios conservatórios da garantia patrimonial
 - a) Declaração de nulidade
 - b) Sub-rogação do credor ao devedor
 - c) Impugnação pauliana
 - d) Arresto

CAPÍTULO VII – GARANTIAS ESPECIAIS DAS OBRIGAÇÕES

- 153. Noção; a prestação de caução
- 154. Modalidades
 - a) Fiança
 - b) Consignação de rendimentos
 - c) Penhor
 - d) Hipoteca
 - e) Privilégios creditórios
 - f) Direito de retenção

CAPÍTULO VIII – CUMPRIMENTO E NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

155. Cumprimento

- a) Generalidades
- b) Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação
- c) Lugar da prestação
- d) Prazo da prestação
- e) Imputação do cumprimento
- f) Prova do cumprimento
- g) Direito à restituição do título ou à menção do cumprimento
- h) Invalidade do cumprimento

156. Não cumprimento

- a) Impossibilidade do cumprimento e mora não imputáveis ao devedor
- b) Falta de cumprimento e mora imputáveis ao devedor (princípios gerais; impossibilidade do cumprimento; mora do devedor; fixação contratual dos direitos do credor)
- c) Mora do credor

157. Realização coactiva da prestação

- a) Acção de cumprimento e execução
- b) Execução específica

158. Cessão de bens aos credores

CAPÍTULO IX – CAUSAS DE EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ALÉM DO CUMPRIMENTO

159. Generalidades

160. Modalidades

- a) Dação em cumprimento e dação em função do cumprimento
- b) Consignação em depósito
- c) Compensação
- d) Novação
- f) Remissão
- g) Confusão

RELATIVA À PARTE I

- ANTÓNIO MARIA PINHEIRO TORRES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, Ed. Rei dos Livros, 1998
- ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *“Noções Gerais de Direito”*, Ed. CEFA, 2003
- EURICO HEITOR CONSCIÊNCIA, *“Breve Introdução ao Estudo do Direito”*, 3ª Ed, Almedina, 2007
- FERNANDO J. BRONZE, *“Lições de Introdução ao Direito”*, Coimbra Editora, 2006
- GERMANO MARQUES DA SILVA, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, Universidade Católica, 2ª ed., 2007
- INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, Vol. I, 11ª ed., e Vol. II, 10ª ed., Coimbra Editora
- JOÃO BAPTISTA MACHADO, *“Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador”*, 17ª ed., 2008
- JOÃO CASTRO MENDES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, ed. Revista por Miguel Teixeira de Sousa, Lisboa, 2004
- JOÃO GONÇALVES PROENÇA, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, Universidade Lusíada, 1995
- JOSÉ DIAS MARQUES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, 2ª ed., PF, 1994
- JOSÉ OLIVEIRA ASCENSÃO, *“O Direito – Introdução e Teoria Geral”*, 2ª ed., Almedina, 2008
- MARCELO REBELO DE SOUSA, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, 5ª ed., Lex, 2000 (em co-autoria com Sofia Galvão)
- MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *“Noções de Direito”*, 3ª ed., Almedina
- MÁRIO REIS MARQUES, *“Introdução ao Direito”*, 2ª ed., Almedina, 2007
- NUNO SÁ GOMES, *“Introdução ao Estudo do Direito”*, IUS, 2001
- PAULO OTERO, *“Lições de Introdução ao Estudo do Direito”*, Vol. I, tomo 1º, 1998, e tomo 2º, 1999
- PEDRO EIRÓ, *“Noções Elementares de Direito”*, Verbo, 2002
- SANTOS JUSTO, *“Introdução ao estudo do Direito”*, Coimbra Editora, 2006

RELATIVA À PARTE II

- ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *“Direito das Obrigações”*, Vols. I e II, 1980
- FERNANDO PESSOA JORGE, *“Lições de Direito das Obrigações”*, Vols. I e II, 1967-1969, e *“Direito das Obrigações”*, 1975-1976, ed. Fotocopiada
- INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *“Direito das Obrigações”*, 7ª ed., Coimbra Editora, 2000
- JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *“Das Obrigações em Geral”*, Vol I, 5ª ed., 2008, e Vol. II, 4ª ed., 2007, Almedina
- JORGE LEITE AREIAS RIBEIRO FARIA, *“Direito das Obrigações”*, Vols. I e II, 1990
- JOSÉ DIAS MARQUES, *“Noções Elementares de Direito Civil”*, 7ª ed., 1992
- LUIS M. MENEZES LEITÃO, *“Direito das Obrigações”*, Vols. I, II e III, Almedina, 2008
- MANUEL JANUÁRIO COSTA GOMES, *“Direito das Obrigações”*, 2ª ed., 2007
- MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *“Direito das Obrigações”*, 9ª ed., Almedina, 2001
- NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA, *“Direito das Obrigações”*, Almedina, 2005
- RUI ALARCÃO, *“Direito das Obrigações”*, Coimbra, 1983

RELATIVA ÀS PARTES I E II

- MANUEL S. D. NEVES FERREIRA, *“Introdução ao Direito e às Obrigações”*, 3ª ed., Almedina, 2007

WEBGRAFIA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua

Avaliação Periódica

Avaliação Final

Através de Frequências (Duas). A média não inferior a 10 valores faculta a dispensa de exame, com a consequente aprovação, desde que em nenhuma delas a classificação obtida seja inferior a 7 valores.

Exame escrito. A aprovação no mesmo depende da obtenção de classificação igual a, pelo menos, 10 valores.

OBSERVAÇÕES

HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO TUTORIAL

Dia

Horário

Local

Horário foi em Campus de Pês